

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Docente do Departamento de Geociências – UEL
calvente@uel.br

Questões sobre a desterritorialização de comunidades tradicionais e o turismo: o “novo senhor do curral”

Resumo

A desterritorialização de comunidades tradicionais pode ocorrer de diversas maneiras, indo desde a utilização da força das armas e da lei até um processo complexo e cheio de sutilezas como o estudado neste artigo, que relata uma cuidadosa pesquisa feita em documentos de venda e compra de terras para o turismo, em um estudo de caso no Município de Ilhabela, estado de São Paulo, Brasil, no bairro/praiã do Curral, de população caiçara. Além da análise dos documentos, foram feitas entrevistas qualitativas e pesquisa bibliográfica. Utilizando-se observação, entrevistas, discussão teórica e análise, apreende-se que, no mundo contemporâneo, a sedução envolvida na venda da posse das terras que possibilita entrar no mundo do consumo é uma chave para compreender o processo, polêmico, na comunidade. Por outro lado, o conceito de território como um conjunto, uma herança comunitária, pode auxiliar na construção de projetos coletivos que evitem a desterritorialização.

Palavras-chave: Desterritorialização, Posse de Terras, Populações Tradicionais, Ilhabela/SP/Brasil.

Abstract

TRADITIONAL COMMUNITIES DETERRITORIALIZATION ISSUES AND TOURISM – THE “NEW CURRAL MASTER”

The deterritorialization of traditional communities can occur in many ways, going from the use of armed force and the Law to a complex and filled of subtleties process such as the one studied by this article, that reports on a careful research

of land for tourism sales and purchasing documents, in a case study carried out in the County of Ilhabela, São Paulo State, Brazil, at the Curral neighborhood/ beach, with the caiçara population. In addition to the documents, this study also carried out qualitative interviews and a bibliographic review. By using observation, interviews, theoretical discussions and analyses, it is possible to apprehend that, in the contemporary world, the seduction involved in the sale of lands which makes the participation in the world of consumption possible, is key to understand this process, highly controversial in the community. On the other hand, the concept of territory seen as group, a community inheritance, can help with the construction of collective projects to prevent deterritorialization.

Key-words: Deterritorialization, Land Ownership, Traditional Populations, Ilhabela/SP/Brasil.

1. Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa a respeito dos impactos do turismo, tendo como foco a análise do processo de perda de território e suas consequências para uma comunidade caiçara, após 20 anos de um primeiro estudo. Na década de 1990, várias famílias caiçaras conviviam com a incipiente atividade turística no Curral, praia do município de Ilhabela/SP, situada ao sul da ilha de São Sebastião, estado de São Paulo, Brasil. Encontraram-se, na ocasião, vários *campings*, restaurantes rústicos, uma casa de farinha, e famílias que sobreviviam ainda da pesca artesanal. Na pesquisa feita então, e também com o trabalho cotidiano como professora de Geografia na escola da Praia Grande, em que os alunos do Curral faziam seus estudos até o nível médio, pôde-se observar também, àquela época, a permanência de festas, danças e formas de expressão verbal típicas da cultura caiçara, conforme a dissertação de mestrado concluída então, na qual se discutia a alteridade dos caiçaras e o território (CALVENTE, 1993).

Na época da dissertação de mestrado se estudaram três bairros/ praias de Ilhabela, e, no ano de 2011, escolheu-se um dos três bairros (chamado de Curral) para as entrevistas. O termo caiçara é usado como uma autodenominação para o natural do litoral nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina (DIEGUES, 1993).

No trabalho empírico atual, foram feitas 106 entrevistas e analisadas dezenas de escrituras de cessão de direitos hereditários e possessórios.

O resultado deste trabalho ajuda a entender mecanismos do processo de desterritorialização, além da importância de políticas públicas que apoiem projetos coletivos de populações tradicionais.

2. Um “Novo Senhor” e a desterritorialização: análise das escrituras públicas

Nas discussões ligadas à temática do turismo e das populações mais pobres, a importância da manutenção do território é reafirmada como uma condição *sine qua non* para obter benefícios da atividade turística, com autonomia (levando em consideração que impactos negativos sempre vão ocorrer). Esta é uma hipótese fundamental: a importância da manutenção do território – não necessariamente apenas das terras.

Podem ocorrer situações nas quais, apesar de territorializadas no sentido concreto, as pessoas estarem desterritorializadas no sentido simbólico-cultural e vice-versa. Haesbaert (2010) explica que pobreza não é apenas questão de renda, está relacionada também à disponibilidade de recursos. Uma definição de pobreza é a falta de recursos que impede a participação na sociedade. Recurso tem uma acepção ampla, incluindo o próprio território. Toda pobreza e toda exclusão social é, em algum nível, a exclusão socioespacial e a exclusão territorial, ou a desterritorialização. Portanto, a desterritorialização é a privação, exclusão ou precarização do território.

Desterritorialização [...] deve ser aplicado a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, sobretudo entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2010, p. 312).

Os indícios da desterritorialização na localidade foram observados em uma visita, antes do trabalho de campo propriamente dito, no ano de 2010: um *resort* construído na praia (DPNY) e a desativação da escola da Praia Grande, originalmente localizada em uma área de grande valorização imobiliária, diante do mar. Esta escola foi transferida para uma área no alto do morro, conforme conversas com os moradores locais.

A ampliação do *resort* foi feita comprando também terrenos com residências, tanto de caiçaras quanto de turistas e isso explica porque em 1990 existiam 30 casas de veraneio, e agora são apenas 22. Não há mais *campings* na praia, os antigos *campings* se transformaram em restaurantes (chamados localmente de quiosques), o que justifica o alto número de garçons, comerciantes e cozinheiros. A pesquisa indicou que aproximadamente 20 moradores do Curral trabalham no *resort*, em diversas atividades relacionadas à hotelaria.

Durante o trabalho de campo, uma pesquisa bastante demorada foi feita no cartório municipal, levantando todas as escrituras relacionadas ao recorte espacial e temporal, o que levou aproximadamente um mês. Os dados trouxeram informações detalhadas sobre como, concretamente, o processo de desterritorialização ocorreu, o que será agora relatado.

Foram analisados os livros desde o ano de 1991 até 2010. No total, apareceram 87 escrituras (figura 1). Uma escritura, do ano de 2004, não contém a área – por estimativa, pelo valor pago e pessoas envolvidas, a venda foi lançada como de 900 metros quadrados. Das 87, 85 são escrituras de cessão de direitos hereditários e possessórios e duas são escrituras de permuta.

A primeira permuta é do ano de 2008 e está registrada no dia 30 de dezembro. Chama a atenção por ser exatamente o último dia útil de gestão do prefeito da época. Ocorreu entre o DPNY e a prefeitura municipal, e é uma troca da passagem de servidão¹ antiga, cuja área ao redor tinha sido adquirida pelo proprietário do *resort*, por outra área mais distante do mesmo. Consta que foi feita “a título de interesse público”, e é indicado no documento que a nova passagem pública possui benfeitorias.

Figura 1
QUANTIDADE, POR ANO, DE ESCRITURAS DO CURRAL



Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2009, em junho, ocorreu a segunda permuta, esta entre moradores da cidade de São Paulo/SP e o DPNY. Os proprietários de segunda residência permutaram apenas 56 metros quadrados, aparentemente uma passagem para terras na encosta, dos 634 que possuíam, por um valor monetário. No ano de 2011, durante o trabalho de campo, vários entrevistados comentaram sobre uma terceira permuta que iria ocorrer, entre a prefeitura municipal e o DPNY.

Quer crescer muito... O posto de saúde já saiu ali, a história com a prefeitura já rolou... Ele [o proprietário do DPNY] vai fazer dois postos de saúde equipados... [...] Ele vai construir, equipar o posto de saúde e dar para a prefeitura. No Bexiga, vai sair ali do Curral e vai vir para o Bexiga. Na avenida e ele vai fazer um posto de saúde maior, melhor e mais bem equipado porque aquele lá é ruim, não é, está mal instalado, eu acho que é bom. Para ele é vantajoso (Entrevistado 1)².

Aquela casa do meu padrinho que falam, acho que não deixaram demolir, aquela que ainda aparece na praia, ali é propriedade particular, lá ainda não é do dono do hotel, aquele cantinho ainda não é, mas eu soube que ele quer tirar o pessoal dali, porque é só o posto que está atrapalhando ele ali. [...] O pessoal começa a vender tudo, não sabe o valor do que tem. Eu já falei para os meus filhos, tanto que em vida eu já fiz a partilha, esta é sua, esta é sua, esta é sua. Fui no cartório e já morro sossegada (Entrevistada 2).

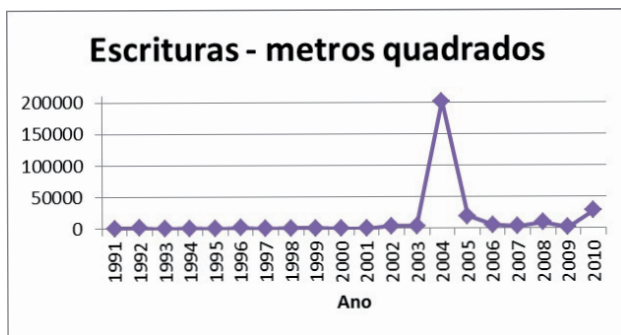
E lá tem o posto de saúde que existem especulações de... Eu não sei e mesmo se soubesse também a gente não pode... Mas acredito que é uma coisa boa porque o posto ali já está pequeno mesmo, não tem espaço para crescer e já não está um posto legal, já tem problema de estrutura... Então, não seria uma coisa ruim, se fizer uma coisa boa igual foi feito na entrada, a servidão, não foi uma coisa ruim. Problema é que sai de uma cultura, de uma tradição [...] (Entrevistado 3).

Conforme as figuras 1 e 2, a concentração de venda das terras ocorreu no quinquênio 2001/2005, relacionadas à construção do *resort* e o consequente asfaltamento da rede viária. Duas questões embasaram a análise dos documentos do cartório: quem vendeu e quem comprou.

Analisando na perspectiva da venda, apareceram, no período, 327 nomes diferentes; alguns nomes se repetiam nas escrituras e alguns sobrenomes apareciam recorrentemente. Em consequência, fez-se uma tabulação por sobrenome, para agrupar estas pessoas e fazer a análise. Na tabela 1 aparecem os sobrenomes mais comuns nas escrituras – usou-se o critério do sobrenome que apareceu nas escrituras pelo menos cinco vezes, visto que na tabulação apareceram 53 sobrenomes diferentes. Um

mesmo sobrenome pode aparecer várias vezes na mesma escritura, ao se tratar de uma venda conjunta, por isso foi importante saber em quantas escrituras o sobrenome aparece (de um total de 87 escrituras). Neste texto, os sobrenomes que aparecem na tabela são fictícios (retirados dos nomes de ilhas e ilhotes do arquipélago), substituindo os sobrenomes reais.

Figura 2
ÁREA, POR ANO, DE TERRAS VENDIDAS NO CURRAL



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 1
SOBRENOMES DE CEDENTES QUE MAIS APARECEM

Sobrenome	Quantidade de vezes que o sobrenome aparece nas escrituras	Quantidade de escrituras nas quais o sobrenome aparece
<i>Búzios</i>	61	23
<i>Castelhanos</i>	28	10
<i>Enchovas</i>	27	15
<i>Figueira</i>	11	4
<i>Sumítica</i>	05	4
<i>Vitória</i>	05	3

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 1 mostrou que para a pergunta “quem vendeu” era importante uma análise mais detalhada das escrituras com os três sobrenomes mais usados: *Búzios*, *Castelhanos* e *Enchovas*. Os dois últimos (na versão

original) são bastante comuns entre a população brasileira, e alta quantidade de referências não significa necessariamente membros de uma mesma família. Uma breve análise a respeito de todos os sobrenomes se tornou necessária.

Os “*Búzios*” fazem parte de uma família caiçara numerosa do Curral. Nos documentos do cartório aparecem 37 pessoas com esse sobrenome, 19 mulheres e 18 homens. Segundo os documentos, observando os endereços, e por aproximação, 18 ainda moram no Curral, quatro moram em outros bairros do município de Ilhabela, seis moram em Santos (SP), três no Guarujá (SP), dois em Angra dos Reis (RJ) e dois no Rio de Janeiro (RJ). Apenas uma pessoa reside em São Sebastião (SP) e outra em Itapema (SC). Nota-se que os que migram se encaminham para outros municípios litorâneos.

Uma informação interessante que consta nos documentos é que ocorreu uma partilha de bens em 1996 de uma área pertencente a um ascendente da família – e o tamanho original da posse era de mais ou menos 150.000,00 metros quadrados, que ia até a faixa de marinha. A expressão “mais ou menos” consta na escritura. É provável que uma parte desta área seja atualmente parte do Parque Estadual de Ilhabela.

Uma hipótese que cabe aqui é que, como venderam boa parte da área remanescente recentemente, esse processo migratório se intensifique nos próximos anos. As residências de uma parte da família, a dos que permaneceram próximos à praia, foram construídas sem área para o tradicional quintal caiçara (figura 3). Isto significou uma mudança drástica na configuração territorial, ao se comparar a mesma área com o que era há duas décadas, um amplo quintal aberto até a praia (figura 4).

É possível analisar a perda deste território familiar, o quintal, através de um prisma que compreende um processo de interação recíproca e contraditória que, por sua vez, é desdobramento, *démarche* histórica da mercantilização de Ilhabela.

Figura 3
AS CASAS FICARAM SEM O QUINTAL CAIÇARA



Autoria: Zé Huertas, 2011.

Figura 4
O TERRENO ORIGINAL ERA AMPLO, COM ÁRVORES E IA ATÉ A PRAIA



Fonte: Calvente, 1993.

A instalação do turismo na ilha, promovendo o desenvolvimento do comércio, do setor de prestação de serviços, do rearranjo e/ou da criação

de novas formas e novas funções para atender à demanda estrutural da atividade turística, acabou por diminuir a importância do mar, da floresta e da horta no quintal para a subsistência da comunidade caiçara.

A necessidade de mão de obra e o seu consequente assalariamento permitiram uma diminuição efetiva da importância material e simbólica dos quintais das famílias caiçaras, das árvores frutíferas que nele estavam plantadas, da horta, dos peixes, uma vez que, com base no assalariamento, há uma possibilidade de obtenção de alimentos menos onerosa, do ponto de vista do dispêndio de esforço físico: recorrer ao comércio.

Por isso, considerar aqui que este tenha sido um processo de interação recíproca, marcado pela contradição. O capital turístico, buscando sua reprodução ampliada, acabou por cercear territorialmente as possibilidades de subsistência da comunidade caiçara pelos meios tradicionais de obtenção desta subsistência. Para isso contribuíram as leis de uso da reserva florestal e a crescente dificuldade de acesso às praias. Formou-se mão de obra que, mediante o assalariamento, é também mercado consumidor. Disto deriva a perda de essencialidade material e simbólica dos quintais.

Continuando a análise dos documentos, e no caso da família aqui denominada de "*Castelhanos*", aparecem 12 nomes diferentes nas escrituras, sete mulheres e cinco homens. Analisando os nomes e as relações de parentescos que são descritas nos documentos, constata-se que se trata realmente de uma família caiçara do bairro, podendo ser uma ramificação da família *Búzios* ou o contrário, já que nos documentos consta que um ascendente com o sobrenome *Castelhanos* tomou posse de uma área de 13.337,78 metros quadrados em 1927.

Os dois sobrenomes – *Castelhanos* e *Búzios* – aparecem juntos em várias combinações, em razão de casamentos entre os membros de ambas as famílias. Destas 12 pessoas que têm como último sobrenome *Castelhanos*, apenas três moram no Curral. Cinco moram no município de Santos/SP, duas em São Francisco do Sul/SC e uma em Niterói/RJ. A última mora ainda em Ilhabela, mas em outro bairro, um bairro considerado localmente como o dos migrantes pobres. Portanto, é o mesmo processo constatado anteriormente: migração para outros municípios litorâneos brasileiros.

Com relação aos "*Enchovas*", de novo, nos 19 nomes que aparecem, eventualmente há uma combinação de sobrenomes com *Búzios* e com

Castelhanos. Mas o grosso da área vendida, a que interessa para esta análise, foi feita por uma família com esse sobrenome, moradora de São Paulo – capital, proprietária de segunda residência e da posse de uma área de 325.000 metros quadrados, e sem relação familiar com os caiçaras do Curral que possuem o mesmo sobrenome. Nos documentos, a mais antiga referência a esta extensa área é com relação ao ano de 1984, quando uma pessoa dessa família solicitou usucapião e este lhe foi concedido por um juiz federal da 1ª Vara de São Paulo.

A análise partiu para avaliar novamente as escrituras nas quais estas famílias estavam envolvidas, extraindo como informação a área negociada (tabela 2). A tabela 2 vai confirmar que, no caso das três famílias, a maior parte da área foi vendida no quinquênio de 2001/ 2005 – 266.409 metros quadrados, de um total de 298.707, e que o grosso disso foi vendido pela família *Enchovas*, no ano de 2004.

Na procura da resposta de “quem comprou” (tabela 3) usou-se o mesmo método. A grande maioria dos sobrenomes aparece uma vez, raramente duas vezes e apenas dois sobrenomes aparecem três vezes. Só se destaca um sobrenome – de um proprietário de segunda residência, morador da capital (em oito escrituras aparece como cessionário), que será aqui denominado de *Turista* e a empresa DPNY – com uma quantidade de 36 compras – mais de um terço das 87 escrituras nos 20 anos analisados.

As famílias que apareceram anteriormente nas vendas compram muito raramente: duas vezes os *Búzios*, uma vez os *Castelhanos* e uma vez também os *Enchovas*.

O *Turista* comprou terras no Curral (no período de tempo analisado) pela primeira vez em 2002. Com relação ao hotel DPNY, a primeira compra, ainda com o sobrenome do seu proprietário, é do ano de 1999 – uma área pequena, de apenas 502 metros quadrados. Outra compra só aparecerá já com o nome comercial do *resort*, em 2003. Por essa razão a tabela 3 só trouxe dados dos dois últimos quinquênios.

Tabela 2
ÁREA, EM METROS QUADRADOS, NA VENDA DAS TERRAS

Ano	Família Búzios (caíças)	Família Castelhanos (caíças)	Família Enchovas (turistas)	Total no ano
1991				0
1992				0
1993				0
1994	428			428
1995				0
1996				0
1997				0
1998	402			402
1999				0
2000	300			300
2001				0
2002				0
2003	233 600	600 661 600		2.694
2004	8.003 520 202 407 407 417	407 600 600 600	119.925 ³ 119.925 600 600 600	253.813
2005	407 5.286 878 750 867	1.714		9.902
2006	600 348			948
2007	500 964	892		2.356
2008	615 814 823			2.252
2009				0
2010	792 24.820			25.612
Total	50.383	6.674	241.650	298.707

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3
ÁREA E VALOR NA COMPRA DAS TERRAS

Ano	DPNY	Valor pago (em reais)	Turista	Valor pago (em reais)	Total de área no ano
2001					0
2002			700 231	40.000,00 5.000,00	931
2003	233 223 600	290.000,00 260.000,00 65.000,00	168 525 479	5.000,00 15.000,00 15.000,00	2.228
2004	90.245 90.245 407 600 600 4.342 407 407 600	300.000,00 300.000,00 50.000,00 25.000,00 25.000,00 130.240,00 36.000,00 63.000,00 30.000,00	900	60.000,00	188.753
2005	1.825 407 1.036 5.286 878 926 750 678 867 357	200.000,00 50.000,00 200.000,00 200.000,00 50.000,00 50.000,00 200.000,00 40.000,00 340.000,00 280.000,00			13.010
2006	4.616	1.200.000,00			4.616
2007	892	35.000,00			892
2008	892 615 814 1.577 600 661 823 600	95.500,00 550.000,00 100.000,00 1.650.000,00 100.000,00 120.000,00 90.000,00 120.000,00			6.582
2009			1.472	90.000,00	1.472
2010	892 892 792 24.820	160.000,00 160.000,00 160.000,00 1.600.000,00	427	32.000,00	27.823
Total	241.405	9.324.740,00	4.902	262.000,00	246.307

Fonte: Elaboração própria.

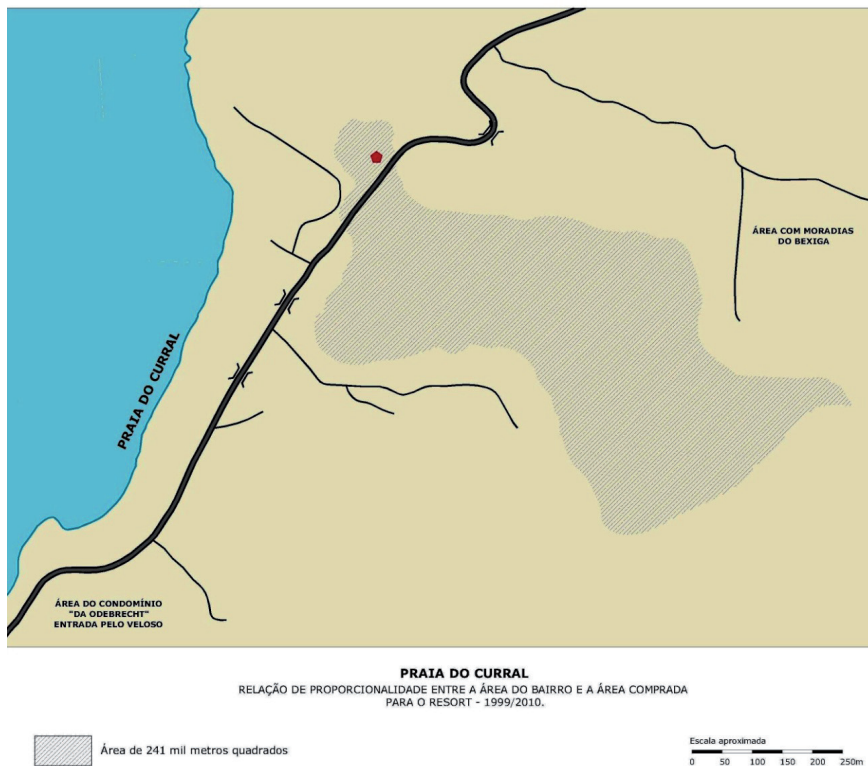
Pensou-se em localizar em uma carta as terras compradas pelo DPNY, mas a tarefa se mostrou árdua, visto que não há um padrão nas escrituras: em algumas constam os azimutes, em outras o endereço, e, em outras, o número do lote (de uma planta antiga que não se conseguiu na prefeitura municipal). Optou-se, em razão dos limites de tempo, por mostrar, na figura 5, o quanto representa uma área de 241.000 metros quadrados no bairro, como a comprada até agora, sem a localização exata das terras, apenas para observação da proporcionalidade. Grosso modo, trata-se de aproximadamente um terço da área do bairro.

Segundo o decreto municipal 1738/98 (ILHABELA, 2011) o bairro do Curral é limitado do bairro do Bexiga (também denominado Ribeirão) pelo curso de água chamado Cachoeira do Ribeirão; e, do bairro do Veloso, pelo espigão divisor de água que chega na Laje de Santa Cruz.

Observando estes limites, há residências na encosta que avançaram, de certa maneira, para o bairro do Curral: algumas do condomínio Yacamim (chamado nas entrevistas de condomínio da Odebrecht), condomínio este cuja entrada ocorre pelo bairro do Veloso; e residências cuja entrada ocorre pelo bairro do Bexiga. Foi considerando estes “avanços” que a mancha da figura 5 foi localizada.

Na tabela 3, as diferenças entre os valores pagos por metro quadrado correspondem a alguns fatores, em particular à proximidade da praia e ao terreno sem ou com benfeitorias (algumas terras, compradas de turistas de segunda residência, possuíam casas já construídas no chamado alto padrão).

Figura 5
A PROPORÇÃO DA ÁREA COMPRADA PARA O RESORT



Autoria: Miriam Coradini. Fonte: Elaboração própria.

Apenas para uma ideia geral, em média, o DPNY pagou o metro quadrado no valor de R\$ 38,63. É voz corrente no município que o valor pago corresponde ao mercado, ou é até um pouco superior. Entretanto, a pessoa que comprou mais terras no Curral além do hotel (em uma proporção ínfima na comparação), o aqui chamado *Turista*, pagou R\$ 53,45 o metro quadrado. Procurando em sites especializados, encontra-se um valor mais aproximado a este último para um terreno de 12.000 metros quadrados – R\$ 72 o metro quadrado. Este terreno fica no bairro de São Pedro, dois quilômetros após o Curral (VIVASTREET, 2011).

3. Mitografia

Esse processo de compra criou uma espécie de mito. Nas entrevistas, com um pequeno esforço de imaginação, as vozes pareciam ecoar como comentários em relação a um senhor feudal contemporâneo. Por exemplo:

Quando esse homem chegou aqui ele era uma coisa, aí comprou ali... Inclusive comprou da família dela, a casa antiga da avó dela, já falecida, os tios dela venderam para ele, foi vendendo, foi vendendo, e ele comprou tudo ali, e inclusive esse morro todinho já é dele; e no início teve bastante atrito [...] Quando ele chegou era diferente, cara de bom amigo... Uma das coisas que eu fiquei chateado é que quando ele chegou aqui disse que não queria nem mais um caçara no Curral, ele falou isso! Que queria ver se comprava tudo; inclusive, de tudo que era da avó dela só esta faltando eu e os outros ainda são [...] que o resto todo mundo se desfez para ele. A encosta, dali para cima já é tudo dele, até a cachoeira lá! Lá em cima tem um galpão grande e ele pôe os cachorros lá, e nossa água é muito antiga, é de cachoeira, e vem lá do morro, e passa por lá. Eu nem sei o que vai ser feito agora por que lá já é dele e aqui embaixo ele comprou tudo, esse morro todinho ele comprou, e mais tarde a gente não sabe o que vai ser dessa água [...]. Eu, particularmente, nunca conversei com ele, para não mentir ele deu um bom dia para mim uma vez passando por aqui; eu não tenho nada pessoal contra ele, ele nunca fez nada para mim, nunca me fez bem nem mal, mas é o que você está vendo aí, ele chegou e foi comprando, comprando, um grande hotel... [...] O hotel dá bastante emprego e tem emprego para muita gente, tem que tirar o chapéu para ele porque ele emprega o pessoal daqui. Basicamente todos somos uma família só [...] não se deve vender não. Eu concordo com isso, mas está sendo feito assim, eles mesmo estão vendendo um pedaço. [...] minha tia [...] tinha casa perto da praia, quando ficou viúva vendeu, depois os outros tios venderam também e os primos (que moravam em Santos e que tinham casa de temporada ali) também venderam, e, por último, uma tia que morava mais perto da rua vendeu... (Entrevistado 4).

Ele chegou aqui, outro dia até saiu na imprensa duas páginas da trajetória dele, veio para cá, gostava da Ilhabela, alugou casa na Ilhabela porque a esposa dele [...] queria passar o réveillon na Praia do Curral, alugou a casa para o fim de ano e gostou da praia, observou o movimento [...] Ele perguntou para o dono da casa: Quer vender a sua casa? [...] Vendo! Pensando que estava fazendo um bom negócio, o burro disse que queria duzentos e oitenta mil na casa, ele disse: É minha! [...] então ele foi comprando, comprando, eliminando, tanto é que ele já esteve até aqui! [...] comprou, pagou a vista. [...] pegou um advogado, que era filho daqui, para orientar, para controlar as coisas dele, deu uma moto para ele andar para cima e para baixo, começou a dar emprego para o pessoal daqui, chamou segurança, tudo pessoal daqui, não trouxe ninguém de fora, nisso aí, eu tiro o chapéu para ele, hoje ele dá emprego para mais de 150 pessoas [...] quer dizer, ele gera dinheiro. Trabalhava meu filho, trabalhava meu sobrinho, trabalhava a minha sobrinha, trabalhava a outra minha sobrinha, mais a outra minha sobrinha, todos [...] Hoje foram saindo... [...] ele é explosivo, explosivo de momento: Se eu chego lá para atraparhar o patrão...

Não me serve! Pode ir embora! É, ele, ele é explosivo de momento quer dizer, muitas vezes a pessoa não está com disposição naquele dia, não tem paciência, ele chega e: Vai embora! [...] já comprou tudo! Para cima não tem mais nada, está comprando agora uns últimos lotezinhos... Ele tem... o problema dele é que ele não quer coisa fraca perto dele, então ele quer eliminar! Como tinha uma passagem, é a única passagem pública que nós tínhamos para vir na praia [...] Ele comprou essa passagem em troca daquela entrada pública, ele trocou com a prefeitura [...] Então, ele vendo o potencial, na verdade ele queria emendar tudo, ele comprou de lá... fizeram uma troca com os vereadores, tanto é que ele ganhou o título de “cidadão caiçara”, era troca! [...] Esse homem viu! Ele foi, ele chegou e expandiu. O poder aquisitivo também influi muito (Entrevistado 5).

Estes relatos do processo mostram a perspectiva dos caiçaras, na segunda fase das entrevistas, quando o tema do *resort* era apresentado ao entrevistado. Dos 32 entrevistados com entrevistas gravadas na primeira fase, ao cruzar os dados com os das escrituras, soube-se que pelo menos nove pessoas negociaram a posse nos últimos anos. Destas nove, seis passaram as terras para o DPNY. Diferentemente dos relatos anteriores, nenhuma dessas pessoas, nas entrevistas, relaciona os impactos negativos do turismo diretamente ao *resort*, mas, falando de uma maneira geral, se referem ao processo de turistificação como negativo, dizendo, por exemplo: “Por causa das embarcações dos turistas, tem muita sujeira no mar. Latas, garrafas plásticas. A rede traz 30% de camarão e o resto é sujeira”. A mesma pessoa, ao pensar no patrimônio territorial, declara que: “Nada, a não ser a terra, o único patrimônio que vale dinheiro aqui atualmente é a terra. Neste bairro aqui, que eu saiba, nada que seja importante para a comunidade” (entrevistado 6).

A história oficial é, obviamente, outra. A relação do *resort* com a comunidade é alardeada como um diferencial positivo. Uma repórter, que ficou hospedada no hotel a convite, escreveu da seguinte maneira:

Dusseldorf, Palma de Mallorca e Nova York. Três cidades mundialmente conhecidas, quatro iniciais que dão nome a um novo conceito de hospitalidade de luxo na praia [...] conheceram-se em Palma de Mallorca, na Espanha [...] Casaram-se e quando os filhos entravam em idade escolar, escolheram o Brasil para educá-los. Há pouco mais de quatro anos inauguraram o DPNY [...] Os colaboradores, com uma ou duas exceções, são todos moradores locais [...] “No início a fabricação de mosaicos que decoram o hotel foi bastante importante para a inserção do projeto” [...] E em *soft opening* desde o feriado do carnaval deste ano, três casas no terreno arborizado de 12 mil m² ao lado do hotel foram transformadas em apartamentos com vista para o mar e cercadas de verde. “Eram casas de caiçaras que passaram por uma reforma completa [...]” (KOKUBO, 2010, p. 1, 4 e 11).

Entretanto, o processo que ocorreu no Curral não significou a perda completa da identidade territorial, até porque: “[...] a identidade também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização” (HAESBAERT, 1999, p. 170-171).

O que se constata, no Curral, tomando-se por base as entrevistas e a observação, e relembrando a formulação de Castells (1999), não é a desejada identidade de projeto, mas algo que pode ser relacionado à identidade de resistência, mesmo que diminuindo nas novas gerações, especificamente no uso e no significado de valores compartilhados.

Com relação à identidade territorial, “[...] relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta [...]” (HAESBAERT, 1999, p. 172) permanece a posse do território notadamente simbólica ou no campo das ideias, o que remete novamente à identidade de projeto, o que faltou para que continuasse a apropriação concreta. Martins (1997) critica a noção de exclusão como um estado fixo, que ignora a reação da vítima (resistência). O que se percebeu de resistência caíçara à desterritorialização foi a manutenção da identidade territorial coletiva e da memória de um passado comum.

Com a sedução de ingressar no mercado de consumo, a resistência para manter o território parece perder a batalha – em um conflito na comunidade entre os sujeitos (demonstrada pelas críticas que recebe quem vende) e na própria relação do sujeito com a sua história individual (entendeu-se dessa maneira a omissão das próprias vendas, nas primeiras entrevistas). Uma caíçara entrevistada explica o que ocorreu desta maneira:

[...] o caíçara se deixou envolver. [...] O primeiro vendeu e depois... [...] Então o dinheiro fácil vai fácil e aí foram perdendo realmente aquele quinhão de terra. [...] Mas ainda tem o [...] ali lutando [...] Esses ainda relutam... Como tudo que envolve dinheiro e ganância, tem brigas. Agora ninguém está satisfeito onde está morando. [...] Ela foi embora e voltou [...] É a perda pela ganância. Gente era tão bom viver simples, eu acho que cem mil reais não constrói casa, não constrói porcaria nenhuma. Dá pra levantar só a estrutura, mais nada. Estão vendendo até a parte lá de cima, até lá em cima estão vendendo [...] Ele comprou por terceiros porque nós não vendemos para ele, nós vendemos para uma pessoa que, claro, ganhou um dinheiro vendendo para ele. [...] por causa de picuinha familiar e aí você vai por desavenças vendendo as terras que os caíçaras têm. Em vez de se unir... [...] Mas que há uma situação de revolta há. [...] A ganância é terrível. Pode guardar, pode guardar que minha voz está aí. [...] Você viu hoje que a gasolina

está no limite? No limite máximo de produção, muitos carros, muito consumo de gasolina. Nós somos consumistas demais... (Entrevistada 7).

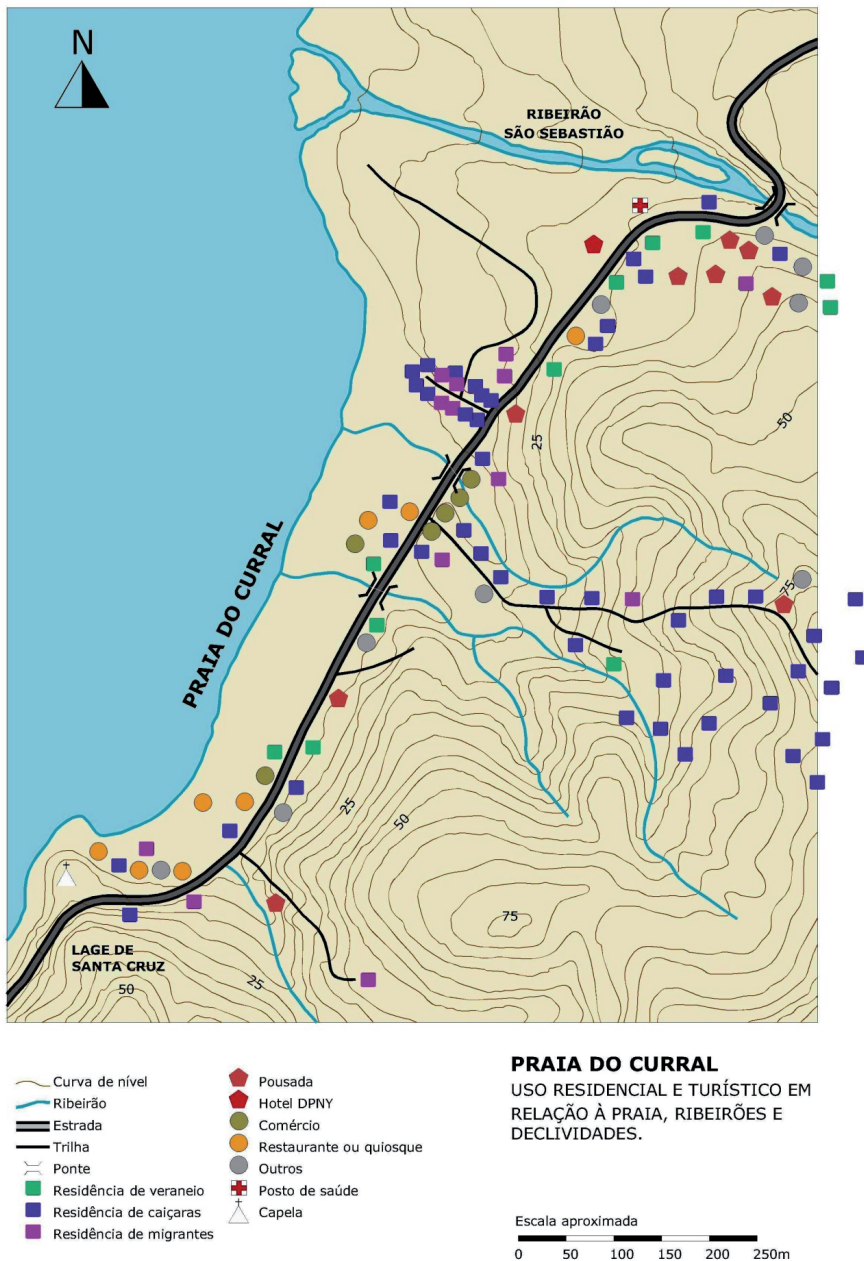
Na resistência, um projeto coletivo para o território poderia ter servido, mas as políticas públicas nas diversas escalas – municipal, estadual e federal – não cumpriram esse papel. O que ocorreu foi um processo de desterritorialização, junto com uma inclusão precária, que envolve a inclusão ideológica na sociedade de consumo. Conforme Martins (1997, p. 17):

Como se a exclusão fosse o resultado único, unilateral, da dinâmica da sociedade atual; como se o mesmo processo não gerasse e não pusesse em movimento, ao mesmo tempo, a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração. [...] Muitos dos que são considerados categoricamente excluídos, podem se considerar a si mesmos subjetivamente incluídos, porque privilegiam justamente a inserção no consumo e não as formas estáveis de inserção na produção (MARTINS, 1997, p. 17).

Na perspectiva da materialidade das formas fixas, pensou-se em analisar se as pousadas e os restaurantes ou quiosques atuais do Curral eram dos moradores tradicionais (figuras 6 e 7): As pousadas são de pessoas que vieram já para atuar na turistificação.

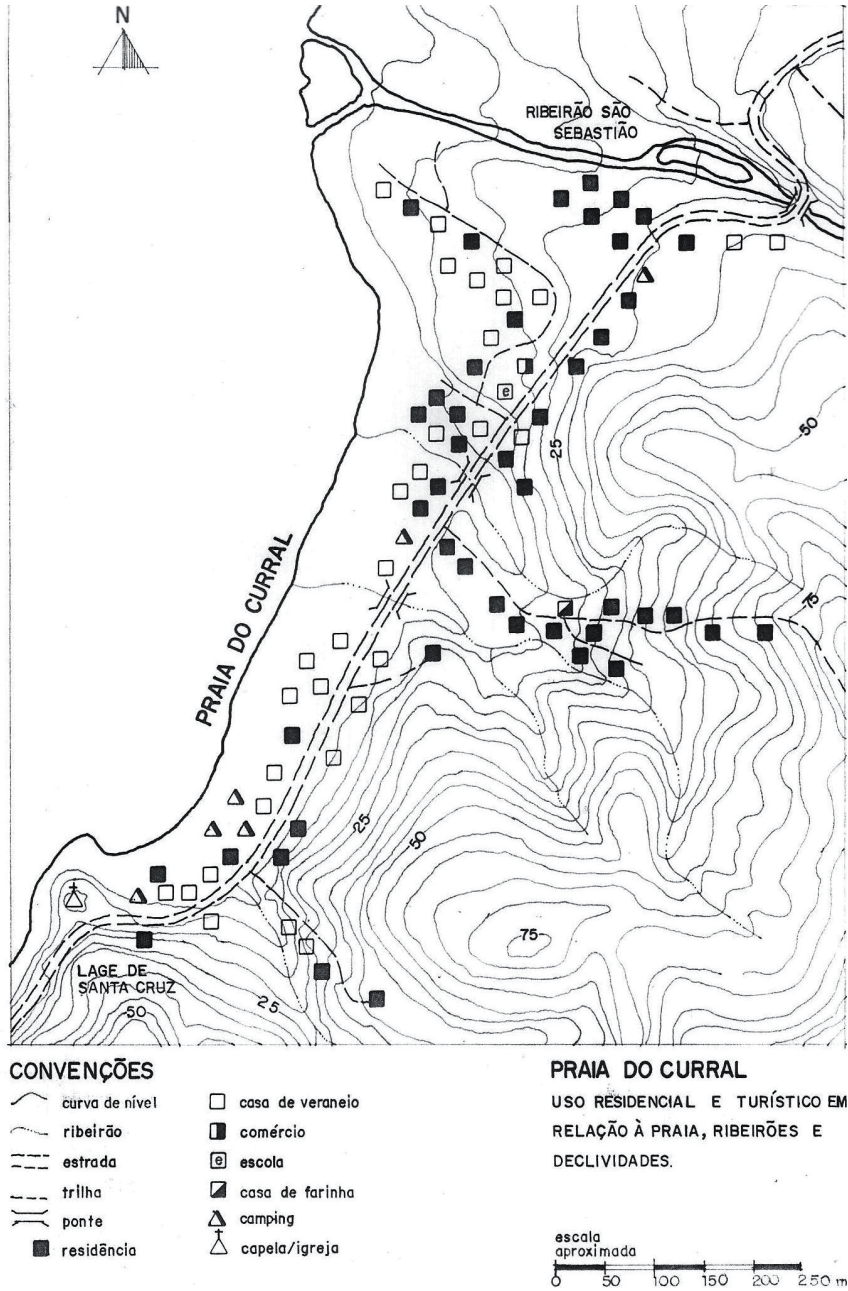
Há nove pousadas no bairro, além do *resort*: Chalés Mar a Vista (proprietário da capital do estado); Mareilha (proprietária da capital); Canto do Sul (proprietário da capital); Villagio Assis (proprietário da capital); Suítes Caboclo (é de fora, não deram a informação de que cidade); Catamarã (casal proprietário é da capital); Hotel da Ilha (proprietário é da capital); Pôr do Sol (proprietário da capital); e Ilhabela Suítes (proprietária da capital).

Figura 6
BAIRRO DO CURRAL EM 2011



Autoria: Miriam Coradini. Fonte: Elaboração própria.

Figura 7
BAIRRO DO CURRAL EM 1990



Fonte: Calvente, 1993.

Na turistificação, o que sobrou de formas fixas na posse dos caiçaras, além das residências, foram alguns restaurantes ou quiosques, a maioria deles frutos da transformação dos antigos *campings*: Siriloko; Embarcação do Badito; Canoa de Voga; Lorinho; Timão; e Balacobaco. Os proprietários dos restaurantes Baleia Azul e Papagaio são migrantes.

Comparando o desenho feito em 1990 (figura 7) com o atual, percebe-se que a quantidade de residências de caiçaras continua aproximadamente a mesma. Mas as residências de veraneio caíram para menos da metade e os dois extremos do bairro, nas proximidades da praia, tanto o lado próximo ao Ribeirão São Sebastião, quanto o próximo à Igreja de Santa Cruz, foram vendidos. As novas moradias de caiçaras foram construídas subindo a encosta. Apesar da identidade territorial nos aspectos simbólicos, sobrou muito pouco na materialidade das formas. Isso reforça

[...] o pressuposto básico de que o território [...] não é simplesmente uma 'coisa' que se possui ou uma forma que se constrói, mas sobretudo uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e 'funcionalizamos' o espaço, ainda que num nível mais individual (HAESBAERT, 2010, p. 350).

4. Considerações Finais

Na desterritorialização os grupos ficam impossibilitados de construir e exercer controle efetivo sobre seus territórios (tanto nas formas de dominação político-econômica quanto de apropriação simbólica-cultural). Toda pobreza e exclusão social é, em algum nível, exclusão socioespacial e desterritorialização. Nem sempre a desterritorialização (privação, exclusão ou precarização do território) de comunidades tradicionais ocorre com violência explícita. O processo estudado neste artigo mostra que também ocorre com sutilezas, já que há várias faces no processo, e como este ocorreu em uma comunidade caiçara, pela cuidadosa análise das escrituras e entrevistas com a população relacionada.

A concentração de venda das terras ocorreu entre 2001 e 2005 e está relacionada à construção do hotel, porque a empresa proprietária do *resort* realizou 36 compras/permutas, a primeira em 1999, totalizando 241.000 metros quadrados de terras no bairro.

Parece haver uma espécie de mito em torno da compra das terras por essa empresa: acredita-se que o dono do *resort* pagou um valor mais alto que o de mercado e que o hotel gerou muito mais empregos do que o real (talvez porque, no início de sua construção, realmente foram muitos os caiçaras empregados em distintas funções). Além disso, os depoimentos demonstram que os caiçaras veem o proprietário quase como um coronel da terra coutada ou proibida e, apesar das ambiguidades do discurso, pode-se destacar que ele é atentamente observado pela comunidade e definido com as seguintes características: está se apossando de tudo, beneficentemente usa a mão de obra local, é explosivo e, portanto, perigoso no sentido de facilmente tirar o emprego de quem lá trabalha, e quer eliminar qualquer possibilidade de atividades econômicas que não sejam as suas ao redor do hotel.

Nas vendas, a sedução de entrar no mercado de consumo ganhou a batalha em relação à resistência para manter a posse da terra. É um processo conflituoso para os sujeitos (demonstrado pelas críticas que recebem aqueles que vendem e pela omissão das vendas durante algumas entrevistas). Em relação às formas fixas, o que restou na posse dos caiçaras foram alguns restaurantes e quiosques, frutos, em especial, dos antigos *campings*. Muito pouco.

Por fim, fica claro que a regulação do Estado sobre o território deve considerar o caráter político deste último (a disputa entre macro e micro poderes) e seu caráter integrador, e pode atuar no fortalecimento dos micro poderes. Embora o resultado deste trabalho não permita muitas esperanças no caso específico do território caiçara do Curral, ajuda a entender mecanismos do processo e a importância de políticas públicas que apoiem projetos coletivos, porque a posse individual permite a chegada de alguém com o objetivo de senhorear o lugar, tal como ocorreu no bairro do Curral.

Na contradição entre pessimismo e otimismo, talvez o resultado desta pesquisa termine fortalecendo o pessimismo, já que não se percebe, para os moradores do Curral, possibilidades, dentro do contexto atual, de inverter a desterritorialização e pensar coletivamente em um turismo de base local. Entretanto, Santos (1987) afirma que as definições dos fluxos derivam de sua qualidade e do seu peso político. O processo imediato de produção tem uma definição técnica, mas as outras instâncias (circulação, distribuição

e consumo) têm uma definição cada vez maior do domínio político. Daí decorre o seguinte: o pessimismo desta análise sobre o Curral pode ser revertido ao se pensar que a pesquisa empreendida e mostrada neste texto poderá trazer conhecimento que contribua para que outros “currais” brasileiros não permitam a chegada de um senhor, desejando que estejam fortalecidas por políticas públicas coerentes com um projeto coletivo. A educação formal e informal pode auxiliar neste projeto coletivo e de qual maneira? E o ensino de Geografia? Há alguma chance das políticas públicas brasileiras de turismo caminharem nesse sentido? Especificamente, podem coexistir a turistificação e a construção de um compromisso genuíno com as pessoas nos seus lugares?

Notas

- ¹ No caso, o conceito jurídico de passagem de servidão (ou passagem pública) é utilizado, atualmente, pela ocupação desordenada das praias pelas segundas residências e que poderia chegar a fechar o acesso público ao mar, um direito previsto em lei. Evita a privatização das praias, pelo menos em tese.
- ² Os entrevistados foram identificados por números para garantir o anonimato, conforme combinado durante as entrevistas.
- ³ O terreno total tem 325.000 metros quadrados. Foram duas vendas, cada uma de uma fração ideal de 0,369%.

Referências

CALVENTE, M. del C. M. H. **No território do azul-marinho**. A busca do espaço caiçara. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação**: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização** – do “fim dos Territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

ILHABELA. Decreto municipal nº 1738/98 – Dispõe sobre a delimitação dos bairros do município. **Jornal Canal Aberto**, Litoral Norte, p. 01, 06 ago. 2011. Disponível em: <http://Jornal%20Canal%20ABERTO%20-%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Ilhabela.htm>. Acesso em 24 out. 2011.

KOKUBO, C. DPNY oferece sofisticação na tranquila Praia do Curral (SP). **Hôtelier News**. 11/03/2010. p. 01-23. Disponível em: <http://www.hoteliernews.com.br/hoteliernews/hn.site.4/NoticiasConteudo.aspx?Noticia=56196&Midia=1>. Acesso em 02 out. 2011.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

VIVASTREET.COM.BR. **Classificados grátis**. Disponível em: <http://lotes-venda.vivastreet.com.br/terrenos-venda+ilhabela>. Acesso em 06 out. 2011.

Recebido em: 01/08/2016

Aceito em: 16/09/2016